

recursos para reconstruir municípios

Perfil



Paulo Ziulkoski, 78 anos, é o atual presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade a qual comandou entre 1998 e 2018. Natural do município de Guaíba, graduou-se técnico agrícola pela Escola Técnica Agrícola de Viamão em 1967. Em 1973, formou-se em Direito pela Pucrs. Sua trajetória política iniciou-se em 1967, com a filiação ao MDB. É ex-prefeito de Mariana Pimentel

e idealizador da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Exponente do movimento municipalista no Brasil, tem destaque na luta por mudanças na partilha dos royalties e por justiça na distribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS) entre os municípios, a Previdência própria dos municípios, entre outros. Em maio de 2017, inaugurou a sede própria da CNM, em Brasília

permanente. Como isso é um processo legislativo, tem demora. A crise no Rio Grande do Sul está ajudando a precipitar, mas essa emenda mesmo não tem nada que ver com a crise do RS, é um trabalho da marcha que eu fiz em maio do ano passado, é outra história. E o principal é isso, o prefeito de agora em diante é o “pau de enchente” lá na ponta, porque tudo recai sobre ele.

JC - Uma das pautas defendidas pela CNM é o RPPS. Acredita que é uma solução para as dívidas previdenciárias dos municípios?

Ziulkoski - A parte mais complexa, a mais grave de todas, é na área da previdência, do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Veja bem, no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), 4,2 mil municípios no Brasil devem R\$ 250 bilhões. Os do Rio Grande do Sul devem R\$ 2,5 bilhões. Agora, por outro lado, os precatórios são quase R\$ 100 bilhões, e são 220 ou 230 municípios do Rio Grande do Sul que têm precatórios para pagar. Então nós estamos flexibilizando, através de uma proposta, para parcelar a

dívida do Regime Geral e ver a questão dos precatórios. Tudo já está andando, inclusive entrou em votação essa semana, que versa R\$ 400 bilhões, isso não é coisinha. No Brasil, são 2,1 municípios que têm o chamado RPPS, e os outros 3,5 mil estão no Regime Geral. E qual é a dívida dos fundos próprios? É uma dívida interna da prefeitura. A proposta da CNM é que essa dívida seja rolada também por 3 anos para os municípios, para a prefeitura pagar aquele passivo. Ela vai pagar, mas em um prazo para fazer enfrentamento (à crise no RS). Porque isso é que está liquidando com as prefeituras do Rio Grande do Sul. E da onde que o prefeito que tem esse passivo no município tira dinheiro para pagar aquilo? Ele tira da chamada receita disponível, e não da vinculada. Então a prefeitura, a gestão pública, tem uma receita que é livre, que eu posso botar no orçamento e executar, e tem outra que é vinculada, para saúde, educação, Bolsa Família. Então o que estamos propondo agora? É que o ministro da Previdência (Carlos Lupi) aceite fazer esse

diferimento. Só que isso não precisa ser por lei federal, nós estamos mostrando tecnicamente que pode ser uma portaria. Isso, se avançar, vai dar, em três anos, R\$ 7,5 bilhões para as prefeituras do RS.

JC - Na marcha, a CNM realizou encontros com os ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social. O que foi pautado?

Ziulkoski - Para a Nisia Trindade (ministra da Saúde), a CNM mostrou alguns pontos, como quantos problemas de saúde tem o Rio Grande do Sul, quanto é que paga por cada um, quantos que não estão sendo pagos e que estão habilitados. Então, pedimos para liberar esse valor. Isso a gente levou com dados oficiais da entidade. Depois, com a Assistência Social, com o ministro Wellington Dias, a gente entregou também (os dados). Por exemplo, para receber tal coisa, precisa ter um grupo de 50 pessoas. Mas como é que vai ter 50 se, às vezes, foi num município menor, mas que foi atingido? Então o pedido é flexibilizar, baixar para 5, 10 pessoas, para poderem receber. Senão, como é que agrupa

aquilo ali?

JC - Havia reunião com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa, que acabou não ocorrendo. O que pretendiam pautar?

Ziulkoski - Era para esclarecer melhor qual política estão pensando em adotar, principalmente em aeroportos regionais, porque muitos eles não comandam, são privatizados, e outros são estatais. Então era para ver o que eles poderiam fazer, o que poderiam anunciar, e o que os prefeitos poderiam fazer. Por exemplo, no município Torres, pode ser ampliado o aeroporto, mas não tem dinheiro do Estado, então como é que poderia se buscar recurso. Enfim, não é para cobrar, é para ter uma ideia do que está acontecendo. Mas a partir do ministro Silvio Costa mesmo, e não do Paulo Pimenta (ministro da Reconstrução do RS).

JC - E quanto ao encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), quais foram as demandas?

Ziulkoski - Junto ao Congresso, fizemos uma emenda, porque aqui foi dado, por medida provisória, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apenas para quem estava em calamidade, que eram 46 municípios no início, e pagaram aqueles ali. Depois, como aumentou para 95 em calamidade, fizeram outra medida provisória para pagar os restantes. Então, fizemos uma outra emenda para estender para todos que estão em emergência. Os outros 300 e pouco, que estão em emergência, estão agora incorporados naquela discussão que deverá ocorrer em seguida por medida provisória, de 60 dias com prorrogação para mais 60. Por outro lado, criaram uma ideia de que o ICMS é uma grande demanda, e não é. Eu mostrei e mostro os números do que representa para os municípios o FPM e o que representa o ICMS, e quais as projeções que têm. Então como é de interesse do governo do Estado, houve unidade. Mas quando foi para discutir a dívida do Rio Grande do Sul, os municípios que têm não foram incluídos, só o Estado. Aí nós fizemos uma emenda em um outro projeto de medida provisória para fazer a compensação das perdas que venham a ocorrer ou que estão ocorrendo. Tudo isso a gente foi formatando.

JC - Em relação à desoneração permanente da folha, o que foi discutido?

Ziulkoski - Propusemos, em uma emenda, a reoneração se votassem a dívida dos precatórios e mais a reforma. Então nós estamos

propondo que esse ano tenha 8 (reonerações), ano que vem 10, no outro 12 e no seguinte 14, parando nestes 14, que é o mesmo do Regime Próprio. A conversa do Lira é que eles vão votar separado do relatório do Jaques Wagner (líder do governo no Senado), num projeto extraordinário, e aí vão manter os 8, mas vão começar a reonerar, mas até 22. É uma possibilidade que tem lá. Não sei como é que vai ficar, porque um é da emenda constitucional e o outro tá lá. Então, estamos discutindo como é que vai ficar a questão da reoneração.

JC - A centralização e concentração de recursos na União é um problema no Brasil. Como a CNM atua para que isso diminua?

Ziulkoski - Todo problema de uma federação, e o Brasil é uma federação - primeiro país do mundo que colocou o município como ente federado com autonomia. Está escrito na Constituição que tem autonomia, só que autonomia no papel, pois, na prática, não tem. Então tem que ir construindo a duras penas para poder chegar ao chamado pacto federativo e ir o aprimorando. Nós somos protagonistas em preparar e fazer esse contraditório, porque não existe democracia sem conflito. O que não pode ter é confronto, conflito tem que ter, porque temos que discutir, uma pessoa entende algo de um jeito, outra de outro. Conflito de ideias, para poder chegar a um denominador e ver o que a sociedade quer avançar ou não. Então, o nó todo está assim em duas palavras: desconcentração e descentralização. O que é desconcentrar? Se cria um programa como o Bolsa Família, escreve meia dúzia de palavras, faz 3 artigos, cria um programa, define quanto de dinheiro o presidente da República dá e tal. Depois de criado, manda quem executar? E o governo federal tem na mão o controle, de tudo que tem que prestar conta. Tudo tem que levar lá de baixo para ele, mas é ele que comanda. Isso é concentração. Se arrecada muito no Brasil, dá na mão da União, e, ao invés de descentralizar, se desconcentra: se mantém o problema na mão, mas não dá autonomia para o cara lá na ponta. Agora descentralizar, como é em países da União Europeia, que têm democracia, se pode mandar um dinheiro X. Manda para a prefeitura, e ela vai cadastrar e ver quem precisa. A imagem que se cria é assim, “tudo é ladrão, tudo é sem vergonha, tem que fiscalizar”, é isso que acontece no dia a dia. É uma luta vai demorar uns 500 anos para resolver.